



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176  
CEP 14.150-000 – Serrana - SP  
www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



Governo Municipal de  
**SERRANA**  
Administração 2017-2021

## LEI COMPLEMENTAR Nº 497/2017

**DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO, POR DOAÇÃO COM ENCARGOS, À MERCATEX RIBEIRÃO PRETO INDÚSTRIA TÊXTIL EIRELI – ME, IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALÉRIO ANTONIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Serrana a alienar, por doação com encargos, área de sua propriedade à Mercatex Ribeirão Preto Indústria Têxtil Eireli – ME, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 14.517.990/0001-44, de nome fantasia Mercatex, que tem por objeto social a exploração do ramo de industrialização têxtil de sacarias, flanelas e estopas, para fins de instalação de sua Unidade Industrial, constante da Quadra 01, Lote 09, a seguir descrita:

*“Um terreno industrial, de forma regular, medindo 22,50 metros de frente à Rua Pedro Garcia dos Reis; do lado direito de quem da rua olha, mede 45,00 metros, confrontando com o lote 08 da quadra 01; do lado esquerdo mede 45,00 metros, confrontando com o lote 10 da quadra 01; aos fundos mede 22,50 metros, confrontando com o lote 04 da quadra 01, perfazendo a área total de 1.012,50 metros quadrados. Cadastro Municipal nº 460528.”*

Art. 2º. A donatária deverá utilizar a área doada exclusivamente para o fim previsto no artigo anterior, devendo observar os seguintes prazos:

- I - 06 (seis) meses para o início das obras de instalação;
- II - 02 (dois) anos para a conclusão dos projetos aprovados;
- III - 20 (vinte) anos de manutenção das atividades iniciais.

Art. 3º. Implicará na reversão ou retrocessão da área doada ao domínio do Município, se a donatária:

- I - não respeitar os prazos estabelecidos no artigo anterior;
- II - se for desativada, ainda que por sucessores antes do prazo previsto nesta

lei;

III - se for destinado o imóvel para outra finalidade que não prevista nesta lei;

IV - se for alterado radicalmente o objeto social da donatária;



V - se não criar a quantidade mínima de novos empregos, indicados em sua proposta de instalação, no início de suas operações, sendo que 70 % (setenta por cento) deverão ser moradores do Município de Serrana;

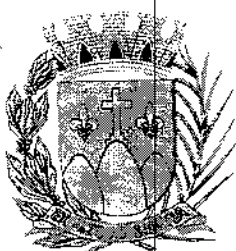
VI - se for constatado uma redução superior a 30% (trinta por cento) do Valor Adicionado em relação ao exercício imediatamente anterior;

§ 1º. Compreendem-se como valor adicionado, os cálculos realizados conforme a metodologia estabelecida pela Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, junto aos contribuintes do ICMS, bem como os atos administrativos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ.

§ 2º. Compete a Administração Tributária Municipal realizar o acompanhamento previsto no inciso V deste artigo, através dos dados oficiais divulgados pela SEFAZ.

§ 3º. No caso de retrocessão ou reversão a empresa outorgada deverá remover todos os bens instalados no terreno, no prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data em que a donatária for notificada pela Administração, sob pena de serem incorporados ao patrimônio público.

  
1 



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176  
CEP 14.150-000 – Serrana - SP  
www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



Art. 4º. Por acordo entre as partes e havendo interesse, a Prefeitura poderá reembolsar a empresa pelos investimentos deixados intactos no terreno.

Art. 5º. Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor da doadora, como determina o §5º do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º. A donatária poderá ser compelida ao pagamento dos saldos remanescente dos custos para implantação completa da infraestrutura urbana, no Distrito Industrial, em prazo e forma a serem determinados pela Comissão Municipal de Instalação Industrial – COMIN.

Parágrafo Único. Para os fins no “caput” do presente entende-se por infraestrutura completa a pavimentação asfáltica, rede de captação de águas pluviais, captação e destinação de esgoto, rede elétrica, rede de água e poço artesiano com reservatório de água potável, dentre outras intervenções previstas na legislação afeita ou que venham a ser tecnicamente determinadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, CETESB, DEPRN ou outro órgão competente.

Art. 7º. A donatária se obrigará à manutenção perene de pelo menos 10% (dez por cento) de área verde arborizada, assim como a observância das demais disposições regulamentares do Setor Industrial do Município.

Art. 8º. A doação que trata esta lei é de relevante interesse público, objetivando o fomento da arrecadação municipal e a criação de novos empregos aos nossos munícipes, beneficiando a sociedade como um todo.

Art. 9º. Observados os termos e condições previstos nesta lei, a unidade deverá ser mantida no Município por, no mínimo, 20 (vinte) anos a partir do início de suas operações no Distrito Industrial II, sob pena de reversão da área doada, inclusive benfeitorias, sem direito a qualquer indenização ou direito de retenção.

Art. 10. As despesas com a lavratura e registro do instrumento de doação, correrão a cargo da donatária.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 439/2016, de 16 de março de 2016.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA

15 de dezembro de 2017.

VALÉRIO ANTONIO GALANTE  
PREFEITO MUNICIPAL

ARQUIVADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA  
PUBLICADA NO SITE WWW.SERRANA.SP.GOV.BR e D.O.M.

JOÃO LUIS MOTTA ARDENGHE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças